

PLANO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MPPI



BIÊNIO 2022-2023

MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí



SUMÁRIO

1. PALAVRA DO DIRETOR	3
2. APRESENTAÇÃO	4
2.1 DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL / CEAF	4
2.2 DO PLANO PEDAGÓGICO	5
3. O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO PEDAGÓGICO DO CEAF / MPPI	7
4. EIXOS DE CAPACITAÇÃO	9
5. PÚBLICO ALVO	11
6. CAPACITAÇÕES / TREINAMENTO EM EAD	12
7. PESQUISA	13
8. PARCERIA INTERINSTITUCIONAIS	14
9. FORMAS DE COMUNICAÇÃO DO CEAF	15
10. MISSÃO, VALORES E VISÃO	16
11. TEMÁTICAS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÕES E APERFEIÇOAMENTO	17
11.1 ÁREAS DE CONHECIMENTO	17
11.2 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO / APERFEIÇOAMENTO [CURSOS, MINICURSOS, SEMINÁRIOS PALESTRAS, OFICINAS, ETC..] SUGERIDAS	17



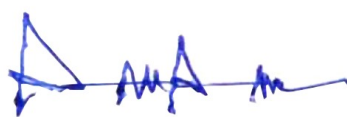
1. PALAVRA DO DIRETOR

O Planejamento Pedagógico do CEAF/MPPI para o biênio 2022/2023 foi elaborado objetivando atender as necessidades que as atividades educacionais exigem e devem valorizar o ato de planejar, dotando o Centro de instrumento de referência para nortear suas ações educativas, de treinamento, capacitação e de aperfeiçoamento funcional.

No âmbito do MPPI, este instrumento Pedagógico torna-se ainda mais importante, porque as ações educacionais devem estar alinhadas com os objetivos institucionais.

Nesse sentido, para melhor organizar nossas atividades, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional desenvolveu o Planejamento Pedagógico biênio 2022/2023, que foi elaborado de maneira participativa, (membros e servidores) identificando os rumos desejados para a qualificação continuada no âmbito do MPPI.

Esperamos que a soma de esforços e a colaboração recíproca funcionem como molas propulsoras da consecução das diretrizes estabelecidas neste Planejamento Pedagógico e das finalidades do CEAF/MPPI.



Fernando Melo Ferro Gomes
Diretor do CEAF



2. APRESENTAÇÃO

2.1 DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL/CEAF

Criado pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que em seu art. 35, atribuiu ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) a tarefa de realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução dos serviços e a racionalização dos recursos materiais.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do Ministério Público, vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição, conforme o art. 62 da Lei Complementar 12/1993 e o Ato PGJ nº 612/2016.

É um órgão de fundamental importância para o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores e o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços do Ministério Público. Promove atividades de cunho educativo, formacional e cultural, de maneira autônoma ou em cooperação com instituições parceiras, fomentando o debate acerca de temas de relevante interesse institucional, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

O CEAF, como órgão responsável pela atualização cultural, formação e capacitação de membros e servidores, apresenta-se, no âmbito ministerial, como cenário privilegiado de debate e de formulação de ideias e projetos relacionados ao desenvolvimento institucional.

Neste momento da história do Ministério Público brasileiro, cabe ao CEAF direcionar as atividades, estimulando a formação e capacitação de seus membros e servidores, em prol de uma postura reflexiva, em especial em relação as problemáticas sobre as quais a Instituição deve atuar; bem como de um trabalho proativo e resolutivo nas soluções dos casos que necessitam de uma intervenção ministerial.

2.2 DO PLANO PEDAGÓGICO

O Plano Pedagógico é um importante caminho para a construção da identidade da nossa Instituição, bem como uma ferramenta relevante para alinhar as ações do CEAF com os objetivos institucionais.

Ademais, o Plano Pedagógico é um instrumento de referência que norteará as ações educativas e os espaços de aprendizagem que deverão ser construídos pelo CEAF. Ele sintetiza um processo permanente, onde as diretrizes, prioridades e metas são discutidas coletivamente, além de delinear as formas de alcançá-las.

Nesse sentido, buscando organizar suas ações de capacitação e aperfeiçoamento funcional e para elevar o nível de planejamento educacional, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Piauí (MPPI) desenvolveu o Plano Pedagógico biênio 2022- 2023.

No MPPI, o Plano Pedagógico buscará adequar a formação e qualificação de membros, servidores e estagiários, com o objetivo principal de ressignificar as práticas cotidianas. Conseqüentemente, as temáticas foram escolhidas levando-se em conta um diagnóstico das necessidades institucionais e das competências desempenhadas pelos seus integrantes.

Na construção do Plano Pedagógico optamos pelo planejamento participativo, para incentivar o diálogo com todas as pessoas envolvidas no processo de capacitação e aperfeiçoamento dos integrantes do MPPI, tornando-os coparticipes da construção dos rumos das ações educacionais na instituição.

Esse planejamento participativo permite ao CEAF/ MPPI organizar suas ações para refletir numa atuação de excelência e interferir nas transformações sociais. Por isso, no processo de construção do PP, priorizamos metodologia participativa, tornando-se um momento institucional em que se objetivou caracterizar o perfil das pessoas a serem capacitadas, estabelecer as diretrizes e escopos pedagógicos, considerando a vontade coletiva e levando em conta os recursos materiais, tecnológicos e de pessoal disponíveis.

Entendemos que participação dos integrantes do MPPI no

planejamento aumentou o grau de assertividade e o nível de pertencimento das pessoas com o Plano Pedagógico, o que possibilitou repensar coletivamente a conjuntura em que a educação/formação continuada está inserida na instituição e traçar alternativas para as ações futuras.



3. O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO PEDAGÓGICO DO CEAF/MPPI

Visando coletar as contribuições de membros, servidores e estagiários para a construção do Plano Pedagógico, adotamos como metodologia a criação de um formulário eletrônico, de preenchimento fácil e intuitivo, hospedado no “Microsoft Forms”, recurso que o Ministério Público dispõe.

Para tanto, uma série de perguntas foram elaboradas pela Equipe do CEAF, e, após, submetidas à Diretoria do Órgão. Com ajustes realizados após sugestões da Diretoria, foi criado formulário eletrônico, gerando-se um link para disponibilização ao público-alvo.

Após, foi criado, com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social, material de divulgação visual e texto de sensibilização, em que foram convidados a contribuir com a construção do Plano Pedagógico biênio 2022-2023, todos os membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Piauí, os quais poderiam enviar as sugestões, comentários e informações através do link disponibilizado no texto do Ofício Circular:

CONTRIBUA COM A CONSTRUÇÃO DO PLANO PEDAGÓGICO 2022-2023

O CEAF convida a todos os integrantes do MPPI para contribuir com ideias e sugestões por meio do seguinte link:

forms.office.com/r/EdTGiP7xVJ

O FORMULÁRIO PODERÁ SER PREENCHIDO ATÉ 15 DE OUTUBRO

PARTICIPE!

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí **CEAF**

Plano Pedagógico 2022/2023 - Ajude a construir!

🕒 Rótulo: Retenção de e-mail (5 anos) Expira em: Dom, 27/09/2026 02:12



Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional
Ter, 28/09/2021 02:12



Para: membros; servidores; estagiários

Excelentíssimos Senhores Procuradores e Promotores,
Prezados Servidores e demais colaboradores,

Cumprimentando-os, informamos que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional está em fase de construção do **Plano Pedagógico do biênio 2022/2023**, um instrumento de destacada importância para o planejamento de cursos, treinamentos, outras ações de capacitação e demais atividades que possam contribuir com a qualificação e o aperfeiçoamento funcional de todos os integrantes do Ministério Público Piauiense.

Para a construção de um **Plano Pedagógico** plural e em sintonia com as necessidades das Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Unidades Administrativas do MPPI, pedimos a colaboração de todos por meio de respostas às perguntas presentes no formulário eletrônico acessível pelo link: <https://forms.office.com/r/EdTGIP7xVJ>



[Fill | Plano Pedagógico 2022/2023 - Ajude a construir!](#)

Excelentíssimos Senhores Membros, Prezados Servidores, O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF está construindo o **Plano Pedagógico** bianual 2022/2023, instrumento em que planeja os temas e pautas mais importantes para a capacitação, a atualização e o aperfeiçoamento de todos os integrantes do MPPI. Para um planejamento mais eficiente e em sintonia com as necessidades

forms.office.com

A chamada para contribuição pelos integrantes (membros, servidores e estagiários) do MPPI foi enviada por e-mail institucional, informe hospedado na intranet e mensagens instantâneas em aplicativos.

Verificando um baixo número de contribuições por setores estratégicos deste Ministério Público, foram emitidos Ofícios, da Diretoria do CEAF, à Corregedoria Geral do MPPI, à Assessoria Especial de Planejamento e Gestão, à Coordenação Geral do PROCON, ao Gabinete de Segurança Institucional, aos Centros de Apoio Operacional, aos Grupos de Atuação Especial e às Coordenadorias das Unidades Administrativas deste Ministério Público, reiterando pedido de contribuições à construção do Plano Pedagógico. Tais expedientes foram enviados via Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Tal providência ampliou a quantidade de respostas ao formulário eletrônico, maximizando a legitimidade do instrumento e a pluralidade de respostas.

Finalizado o prazo estabelecido para a coleta de contribuições, a equipe do CEAF baixou as informações no respectivo sistema e, após, realizou tratamento dos dados, os quais são apresentados nesta oportunidade.

4. EIXOS DE CAPACITAÇÃO

Para melhor organizar as demandas por qualificação no âmbito do MPPI, instituímos eixos de capacitação específicos.

Esses eixos buscam auxiliar e diferenciar o público-alvo e propor ações de acordo com as necessidades de cada segmento institucional (técnico finalístico e administrativo, administrativo etc). Nesse sentido, foram criados 04 (quatro) eixos:

- a) atuação ministerial finalística;
- b) atuação ministerial estruturante [áreas administrativas];
- c) integração ao Ministério Público;
- d) desenvolvimento humano.

O **eixo da Atuação Ministerial finalística**: visa proporcionar conhecimentos jurídicos sobre legislação específica, doutrinas, jurisprudências e áreas especializadas de atuação do MPPI, meio de eventos e cursos propostos pelo CEAF ou pelos Centros de Apoio, pelas Subprocuradorias Gerais e pelo Planejamento Estratégico, em parceria com este Centro.

Em relação ao eixo **atuação ministerial estruturante (Áreas Administrativas)** pretendemos qualificar os membros e servidores em temáticas administrativas ou em conhecimento técnico específico, proporcionando conhecimentos no campo da comunicação (oral e escrita), da tecnologia da informação e em áreas úteis para o desempenho de atividades em unidades e cargos específicos, a exemplo, atendimento do público, gestão documental, português jurídico, oratória, orçamento público, ferramentas de sistemas, etc...

Quanto ao eixo **Integração ao Ministério Público**, o objetivo é proporcionar atividades educativas de integração às carreiras do MPPI, abordando aspectos da história, funcionamento e estrutura da instituição, bem como atividades de apresentação do MPPI a sociedade (cursos de ingresso para Membros do MPPI e de integração para os servidores e estagiários, acolhida de estudantes ao Ministério Público etc.).

Por último, o eixo **Desenvolvimento Humano** é composto por

ações voltadas para o desenvolvimento integral das pessoas, potencializando habilidades ligadas à cultura, artes, de cuidado de si, saúde, corporeidade, equilíbrio emocional, entre outros (ex: cursos que abordem motivação, criatividade, inovação comunicação, liderança, etc), que deverão ser realizadas, preferencialmente, em parceria com o Comitê Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho/SQVT.



5. PÚBLICO ALVO

A função institucional do Ministério Público, prevista no artigo 127 da Constituição Federal de 1988, torna essencial a interação com a sociedade e traz consigo a necessidade de qualificar os profissionais e o público que atua em torno das atividades ministeriais.

Dessa forma, cabe ao Ministério Público do Piauí, qualificar tanto o público interno (membros, servidores e estagiários), quanto o público externo (redes de proteção, movimentos sociais, policiais, conselhos tutelares etc.).

Assim, embora nossas atribuições previstas no Ato PGJ N° 612/2016, sejam voltadas para capacitação e aperfeiçoamento funcional, este Centro apoiará, quando entender pertinente, as ações de capacitação voltadas a público externo.

Analisando o quantitativo de pessoas capacitadas pelo CEAF nos últimos anos, verifica-se um crescimento na oferta de cursos para o público externo, inclusive em razão da concessão de vagas para os integrantes de instituições parceiras, a exemplo, TCE, Escola do Legislativo, EJUD/TJPI, etc.

Nesse sentido, no processo de construção pedagógica dos cursos e eventos será observada a definição do público para melhor afinar às estratégias didáticas para qualificar cada perfil de participantes de maneira satisfatória.

6. CAPACITAÇÕES/TREINAMENTO EM EAD

Consideramos importante que as capacitações ofertadas pelo CEAF, até então focadas basicamente, em sua maioria, em eventos presenciais, sejam ofertadas também em EAD (Educação à distância) para alcançar um maior número de servidores e membros, notadamente aqueles que atuam nas promotorias do interior.

Assim, o investimento na Educação a Distância (EAD), iniciada no âmbito do MPPI em 2019, com inclusão de cursos pela plataforma Moodle será intensificado, para tanto buscaremos ofertar cursos que contemplem formatos totalmente à distância e híbridos (que combinam momentos presenciais e à distância).

Pretendemos expandir a disponibilização dos conteúdos de capacitação na plataforma Moodle, pois permite que os interessados realizem cursos de acordo com sua disponibilidade de tempo e no ritmo mais adequado para seu aproveitamento, pois, as aulas são disponibilizadas de forma assíncrona.

Além, do que haverá a atualização constante eletrônica do Centro de Estudos, em espaço destinado ao acesso de capacitação que foram gravados.

7. PESQUISA

O CEAF, por meio do ATO nº 01, de 24 de janeiro de 2020, regulamentou a instituição de Grupos de Estudos e Pesquisas, com objetivo de estimular o processo de aprendizagem, pesquisa e compartilhamento de conhecimentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.

Os grupos de estudo e pesquisa tem por objetivo geral promover no MPPI uma melhor articulação entre a teoria e a prática, do saber científico e técnico, que oportunize a produção científica, o diálogo interdisciplinar e uma base sólida para a inovação e o aprimoramento cultural e profissional dos membros da Instituição, de seus servidores e estagiários.

Além disso, possibilita um ambiente privilegiado para a formação continuada ao longo do exercício profissional dos seus integrantes.



8. PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

Os conhecimentos de que os membros e servidores do Ministério Público necessitam, em regra, tem caráter interdisciplinar, o que exige a participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Assim, é indispensável que algumas ações sejam realizadas em cooperação de natureza técnico-científica com outros órgãos.

Assim, o MPPI, por intermédio do CEAF, tem estabelecido parcerias com instituições de ensino superior, órgãos públicos e privados, tais como, UESPI, PUC/MINAS. Escola do Legislativo, Escola do Judiciário /EJUD/ TJPI.

Essa atuação em rede garante a excelência das ações de capacitação pelos especialistas altamente qualificados, com experiência teórica e prática nos temas que são abordados, mas também economia de recursos públicos, evitando ou diminuindo a necessidade de contratação de empresas que ofereçam cursos de qualificação no mercado.

Essas parcerias proporcionam a aproximação com o mundo acadêmico, para realização de estudos, pesquisas, além de estimular a criatividade e a inovação constantes, com geração e compartilhamento de conhecimento.



9. FORMAS DE COMUNICAÇÃO DO CEAF

A melhoria da comunicação do CEAF é outro aspecto que deve ser observado. Para isso, a página eletrônica do CEAF está sendo atualizada constantemente, além do que as notas de divulgação dos eventos e de pós-evento são divulgadas na intranet, e-mail e mensagens por WhatsApp.

Também serão preparados informativos que reunirão informações sobre as ações realizadas, as próximas atividades previstas e a divulgação de outras questões relevantes, tais como edital da revista do MPPI e as parcerias com outros órgãos.



10. MISSÃO, VALORES E VISÃO

Para alcançar melhores resultados entendemos que o plano pedagógico deve estar alinhado com o planejamento estratégico institucional.

Nesse contexto, o CEAF direcionará suas ações aos objetivos do Ministério Público como instituição destinada constitucionalmente à promoção dos interesses estratégicos da sociedade brasileira. Por essa razão, na promoção das suas atividades de capacitação/ aperfeiçoamento direcionará suas ações às políticas institucionais definidas democraticamente nos Plano Geral de Atuação e no Planejamento Estratégico Essa vinculação estratégica coloca o CEAF como órgão do Ministério Público, também responsável pela concretização dos projetos relevantes da instituição.

Ademais, a construção deste plano pedagógico está em consonância com a missão, a visão e os valores do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcionaria/CEAF. Quais sejam:

MISSÃO

Promover o aperfeiçoamento continuado de competências de membros e servidores do MPPI, produzindo e compartilhando conhecimentos para alcançar uma atuação institucional cada vez mais eficiente e eficaz.

VISÃO

Ser referência em formação e desenvolvimento de membros e servidores do MPPI e promover aperfeiçoamento de capacitação funcional continuada, a fim de que as ações institucionais do Ministério Público Piauiense sejam realizadas com eficiência e qualidade.

VALORES

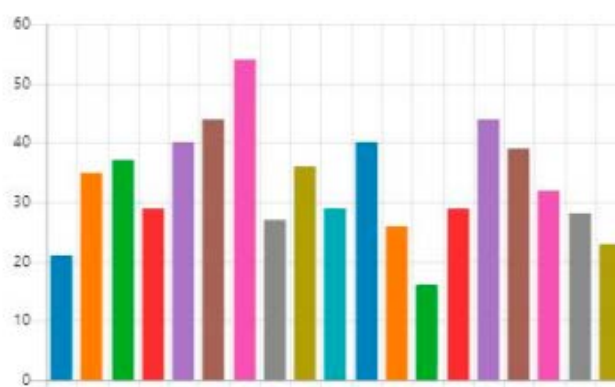
- Valorização das pessoas;
- Promoção de conhecimentos;
- Disseminação das melhores práticas;
 - Incentivo à pesquisa;
- Incentivo à criatividade e a inovação;
- Incentivo à leitura e reflexão crítica.

11. TEMÁTICAS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÕES E APERFEIÇOAMENTO

11.1 ÁREAS DE CONHECIMENTO

Após consulta interna sobre qual área de conhecimento é considerada importante priorizar nas ações de capacitação a serem realizadas no biênio 2022-2023, obtivemos ao seguinte resultado:

Tribunal do Júri	21
Violência contra a mulher	35
Criminalidade organizada	37
Criminal (demais áreas)	29
Criança e Adolescente	40
Orçamento Público	44
Improbidade Administrativa	54
Direito à Educação	27
Direito à Saúde	36
Direito das pessoas idosas e d...	29
Conciliação, mediação e meio...	40
Defesa do Consumidor	26
Atuação e litigância estratégica	16
Justiça Restaurativa	29
Gestão Administrativa	44
Sistema Eletrônico de Informa...	39
SIMP e PJe	32
Direitos Humanos	28
Meio Ambiente e Direito Amb...	23



Além do que indicaram as seguintes áreas: tecnologia da informação, processo coletivo, direito de família, políticas públicas, direito urbanístico, licitação e contratos.

**11.2 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO/ APERFEIÇOAMENTO
[CURSOS, MINICURSOS, SEMINÁRIOS PALESTRAS,
OFICINAS, ETC..] SUGERIDAS.**

<p>ATUAÇÃO MINISTERIAL FINALÍSTICA</p>	<p>Nova lei de licitação Acordo de não persecução penal Acordo de não persecução cível Curso de Lei Geral de Proteção de Dados Investigações criminais relacionados a recursos públicos Palestra crimes virtuais Palestra alienação parental Curso sobre júri Palestra sobre criminalidade organizada Palestra sobre direito penal preventivo (compliance) Curso Direito Eleitoral Curso Direito Sistêmico Palestra sobre registros públicos e conflitos agrários Palestra registros público e terceiro setor Palestra proteção à vítima Curso gestão de promotorias Cursos: notícia de fato e PIC Palestra responsabilidade socioafetiva Curso sobre saneamento básico Curso sobre segurança pública Palestra sobre preservação de patrimônio histórico e cultural Ação civil publica Curso SIMP e PJE Curso procedimento extrajudiciais Atuação e litigância estratégica Curso de mediação e meios adequados de solução de conflitos Curso de conciliação e negociação Curso de Processos Estruturais</p>
---	--

	<p>Palestra sobre acolhimento familiar e adoção</p> <p>Cursos de atualização das alterações legislativas (ex.: nova lei de licitação, nova lei de improbidade, etc.)</p> <p>Curso sobre recursos ordinário e extraordinário</p> <p>Curso controle externo da atividade policial</p> <p>Palestra sobre Mídias sociais</p> <p>Palestra sobre direito à liberdade de expressão e liberdade religiosa</p> <p>Palestra sobre racismo</p> <p>Treinamento em métodos de investigação inteligente</p> <p>Curso sobre normas pertinentes às agências reguladoras</p> <p>Treinamento prático no SIMBA</p> <p>Curso de investigação digital e engenharia social</p> <p>Curso sobre crimes de responsabilidade</p> <p>Curso sobre Sistema Único de Assistência Social/ SUAS</p> <p>Curso sobre curatela e tomada de decisão apoiada</p>
--	---

<p>ATUAÇÃO MINISTERIAL ESTRUTURANTE (ÁREAS ADMINISTRATIVAS)</p>	<p>Curso sobre planilha de custos e formação de preços, de acordo com a nova IN 05/ 2017 MPOG</p> <p>Fraudes em licitação</p> <p>Palestra sobre ética</p> <p>Palestra assédio moral e sexual</p> <p>Curso sobre fiscalização de contratos</p> <p>Curso gerenciamento de projeto</p> <p>Curso de redação oficial</p> <p>Curso de elaboração de planilhas eletrônicas</p> <p>Curso de previdência complementar</p> <p>Curso de gestão de informação</p> <p>Curso gestão de risco</p> <p>Curso de gestão de processos organizacionais</p> <p>Curso de gestão de projetos</p> <p>Curso de gestão de convenio</p> <p>Curso SIMP e PJE</p> <p>Curso procedimento extrajudiciais</p> <p>Curso de orçamento público</p> <p>Curso de Desenvolvimento de líderes</p> <p>Curso pericia psicológica</p> <p>Curso fomento à capacitação de recursos</p> <p>Curso governança e planejamento estratégico</p> <p>Curso de business intelligence</p> <p>Curso de gestão de pessoas e gestão por competência</p> <p>Curso de gestão pública e administrativa</p> <p>Palestra sobre juízo digital</p> <p>Palestra sobre técnicas de atuação nas questões ambientais</p> <p>Curso de atendimento público</p> <p>Curso de aperfeiçoamento em auditoria.</p> <p>Curso EFD/REINF (nova obrigação do setor público junto a receita federal)</p> <p>Curso sobre visual law</p> <p>Curso segurança de informação</p> <p>Capacitação em Excel, Office online, LibreOffice e POWER BI</p>
--	---

	<p>Capacitação em perícia de processos de interdição</p> <p>Treinamento em acolhimento de mulheres em situação de violência</p>
--	---

**INTEGRAÇÃO AO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Palestra sobre as atribuições e estrutura organizacional do MPPI e Palestra sobre a História Ministério público voltado para estudantes

Curso de adaptação voltado para servidores e estagiários ingressantes

Curso de adaptação, formação e vitaliciamente voltado para membros ingressantes.

**DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Treinamento sobre controle vocal em situação de apresentação

Palestra sobre Saúde mental

Minicurso sobre Comunicação não violenta

Curso sobre Português jurídico

Palestra Gerenciamento de bem estar e estresse

Minicurso sobre criatividade, resolução de problemas e tomada de decisões.

Palestra “Resiliência profissional: desenvolvimento de habilidades”.

Palestra sobre relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Curso gestão de tempo.



Ministério Público
do Estado do Piauí



PLANO PEDAGÓGICO DO
CENTRO DE ESTUDOS
E APERFEIÇOAMENTO
FUNCIONAL DO MPPI

BIÊNIO 2022-2023